

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Bioma Amazônico: Dilemas e Perspectivas Para o Desenvolvimento Sustentável

The Units of Conservation of Sustainable Use in Amazonian Bioma: Dilemmas and Perspectives For Sustainable Development

Thais Helena Teixeira

thaishel.efa@hotmail.com

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais, Brasil

José Ambrósio Ferreira Neto

ambrosioufv@gmail.com

Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais, Brasil

Roseni Aparecida de Moura

roseamoura@yahoo.com.br

Universidade Federal de Viçosa

Natália Aragão de Figueiredo

nataliaragao@gmail.com

Universidade Federal de Viçosa

Resumo/ Abstract

As áreas protegidas no Brasil têm se mostrado como importantes ferramentas para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais. Neste cenário, o presente trabalho busca comparar elementos de duas UC's de Uso Sustentável da Amazônia, quais sejam, FLONA do Purus e RESEX Verde Para Sempre, localizadas nos estados do Amazonas e Pará. O objetivo é estabelecer pontos de distinção e convergência entre as mesmas. Para isso foram comparados elementos levantados em diagnósticos em ambas as UC's, pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários obtidos por meio de questionários aplicados nestas áreas. Evidenciou-se que, apesar das distinções quanto à localização e as formas de ocupação do território e uso dos recursos naturais, existem pontos comuns, os quais podem ser tomados como base para a discussão das políticas de desenvolvimento rural e regional que vêm sendo e que serão formuladas para estas áreas.

Protected areas in Brazil have shown an important tool for sustainable development and conservation of natural resources. In this setting, this paper seeks to compare elements of two sustainable use protected areas in the Amazon, in order to establish some points of distinction and convergence between them. For this were compared elements raised diagnostics in both UC's, bibliographic search and analysis of secondary data. Was evidenced that despite the distinctions as to the location and forms of land occupation and use of resources, there are points in common, which can be taken as a basis for discussion of rural and regional development policies that have been and will be made to these areas.

Palavras-chave: áreas protegidas, comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável, FLONA do Purus, RESEX Verde Para Sempre.

Código JEL: Q20; Q01; I38

Keywords: protected areas, traditional communities, sustainable development, FLONA do Purus, RESEX Verde Para Sempre

JEL Codes: Q20; Q01; I38

1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca do desenvolvimento sustentável e da conservação dos recursos naturais são cada vez mais amplas, incorporando elementos teóricos, empíricos, políticos, culturais e econômicos, seja na esfera governamental ou da sociedade civil. Nesse contexto, as áreas protegidas no Brasil, comumente chamadas de Unidades de Conservação (UC), têm se mostrado como importante instrumento para efetivação das intervenções governamentais na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental. Essas áreas protegidas foram criadas com objetivos múltiplos e são referências no debate sobre políticas de conservação ambiental e controle do desmatamento, principalmente na Amazônia brasileira (CONCEIÇÃO *et al.*, 2014).

Como destaca Hassler (2005), o Brasil dispõe de diversos dispositivos legais que permitem e formalizam a criação de Unidades de Conservação, porém, estes não são suficientes para sua concreta implantação. Frente à diversidade de categorias de UC's existentes e das especificidades de cada uma, para que estas áreas sejam efetivamente preservadas, é necessária a orientação dos critérios técnicos que fundamentam sua criação. Isso é necessário, segundo esse mesmo autor, porque cada unidade é criada com finalidade própria, definida de acordo com seus atributos, como beleza cênica, ou forma de vegetação ou vida animal e até mesmo a cultura e o tipo de organização social existente naquele território. Diante desse cenário, o foco do presente trabalho são as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as quais são criadas com o objetivo de garantir o direito de comunidades tradicionais ao uso dos recursos naturais renováveis de forma socialmente justa e economicamente viável, a fim de garantir sua perenidade (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, existem diversos fatores relacionados à importância da criação de UC's

de Uso Sustentável, tais como: a garantia de acesso ao território, aos seus recursos, às políticas públicas e a benefícios sociais; reconhecimento da cultura e meios de vida das comunidades tradicionais ou demais populações humanas que vivem nestas UC's, entre outros (ALLEGRETTI, 1994). Desta forma, a participação e interesse das populações na criação destas áreas protegidas são de grande importância, pois, como destaca Diegues (2001), a proteção da diversidade biológica caminha lado a lado com a proteção da diversidade cultural, e vice-versa. No caso da Amazônia, principalmente, a participação direta das comunidades ribeirinhas, caboclas e indígenas, na fiscalização e manutenção dos ecossistemas é fundamental, devido sua extensão e dificuldade de acesso, fatores dentre os quais, se torna mais difícil a atuação do Estado nessas áreas (DIEGUES, 2001; FERREIRA, 2007). Nesse sentido, como destaca Allegretti (1994), essas populações atuam como verdadeiros guardiões do território, de suas fronteiras e dos recursos naturais, contribuindo na diminuição dos custos de proteção e aumentando a garantia de sua eficácia.

Assim, como apresentam Marques e Santos (2011), partindo da perspectiva de que o desenvolvimento sustentável passa a considerar a interdependência entre diversas questões de ordem social, a qual exige uma abordagem multidisciplinar, incluindo aspectos culturais, ambientais, territoriais, econômicos, tecnológicos e políticos-institucionais, as UC's de Uso Sustentável são uma alternativa de desenvolvimento local, ou mesmo regional. Isso à medida que articulam a valorização dos modos de vida e a cultura das comunidades tradicionais, com uma dinâmica sustentável de exploração dos recursos naturais (CUNHA, 2001), cenário que torna as discussões sobre as UC's de Uso Sustentável, e de suas populações, um campo fértil para debates acerca das perspectivas de desenvolvimento, participação política e social, formas de

apropriação e manejo de recursos naturais, dentre outros temas relevantes de estudo.

Por outro lado, este modelo de Unidades de Conservação enfrenta muitas críticas ecológicas, econômicas e sociais, como apresenta Andrade (1996). Alguns autores argumentam, por exemplo, que a dispersão da população no território torna serviços básicos, como saúde e educação, de difícil implementação; outros discutem que a economia extrativista é ineficiente, pois é associada à instabilidade, forte concorrência e baixa inovação tecnológica; por fim, a presença de populações humanas é considerada, por alguns biólogos e conservacionistas, prejudicial à conservação ambiental e preservação da biodiversidade (ANDRADE, 1996). Além disso, a partir de dados dos relatórios de DRP, percebe-se que as populações residentes nessas áreas enfrentam diversos entraves com respeito à produção, acesso a serviços básicos e infraestruturas (ICMBio e UFV, 2014a; 2014b), que serão apresentados a frente. Essa disparidade entre esses territórios e outras áreas rurais, por exemplo, pode, em parte, ser explicada pela diversidade de condições geográficas, sociais, econômicas e culturais existente no Brasil, o que gera grande heterogeneidade no desenvolvimento das regiões (Oliveira e Lima, 2012). Essas questões são, também, temas interessantes a serem abordados e discutidos, e podem contribuir na formulação de políticas públicas e estratégias de ação para essas áreas, na medida que destacam dentro da política de conservação adotada, algumas de suas fragilidades.

Diante dessa contextualização, este artigo tem por objetivo analisar aspectos relacionados às formas de vida e apropriação dos recursos naturais pelas comunidades extrativistas e tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a partir da comparação de elementos presentes em duas áreas protegidas localizadas no bioma Amazônico e classificadas nessa categoria. O mesmo busca discutir as convergências e distinções entre diferentes tipos de UC's de Uso Sustentável, com base em suas características sociais e econômicas e apresentar alguns apontamentos a respeito da contribuição dessas áreas para o desenvolvimento local sustentável.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira faz uma breve contextualização a

respeito das Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil, seu histórico e avanços normativos. A segunda apresenta a metodologia e contextualiza as áreas foco do estudo. A terceira apresenta elementos comparativos entre estas, abordando aspectos históricos e de apropriação e uso dos recursos naturais, além de uma análise dos principais problemas e perspectivas destas áreas protegidas.

2. PANORAMA DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Em diferentes momentos políticos e econômicos do Brasil houve a edição de leis ambientais, fator que tem grande influência no cenário atual da conservação ambiental no país. Porém, é na década de 1930, a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, que se criam normas realmente de interesse ambiental, principalmente por influência de ações do movimento ambientalista que surge no mundo, e gera reflexos também no Brasil (LEUZINGER, 2012).

É na década de 1930, também, que são criados os primeiros Parques Nacionais do Brasil, para a preservação da beleza cênica e natural. São estes o Parque Nacional de Itatiaia criado em 1937, o primeiro do país; e os Parques Nacionais de Iguaçu e Sete Quedas, ambos em 1939 (HASSLER, 2005). A partir daí, com o decorrer dos anos, foram formuladas diversas legislações que pretendiam regular a conservação ambiental no país, as quais deram origem a diversas categorias, que visavam atender a objetivos distintos, dentro da meta geral de conservação da natureza (DRUMOND *et al.*, 2010). Entre estas leis podemos citar o Código Florestal, Lei nº 4.771, 15 de setembro de 1965, reformulado em 2014, e o Código de Fauna, Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Esses instituíram duas categorias de Unidades de Conservação, as de uso indireto, que não permitem o uso dos recursos naturais pelas populações, e as de uso direto, as quais permitem a exploração direta dos recursos naturais pelas populações residentes. Esta diferenciação foi um avanço, pois, vai de encontro ao viés preservacionista, que considera que as populações tradicionais não têm condições de utilizar os recursos disponíveis sem sua degradação (DRUMOND *et al.*, 2010), e cujos objetivos incluem proteger a natureza contra o desenvolvimento

moderno, industrial e urbano. Esta corrente defende a criação de áreas protegidas para recreação, sem presença permanente de populações humanas ou extração e/ou uso direto dos recursos, onde a natureza é reverenciada no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*), como apresenta Diegues (2001).

Partindo desse pressuposto, as Unidades de Conservação de uso direto, tratadas posteriormente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação como Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tornam-se mecanismos de garantia do território às populações tradicionais e extrativistas que usufruíam dos recursos ali existentes, antes de sua criação (DIEGUES, 2001; CUNHA, 2001). Nesse contexto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) surge com o objetivo específico de estabelecer critérios e normas para a criação e implantação e gestão das Unidades de Conservação (HASSLER, 2005). A grande contribuição do SNUC, como destaca Drummond *et al.* (2010), foi a divisão e instituição de critérios, a partir de características específicas de distinção, entre dois grupos de UCs: as de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais. Por outro lado, o SNUC define, também, as UC's de Uso Sustentável, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Vale destacar, entretanto, que a realidade nem sempre foi essa, e na década de 1970, por exemplo, a criação de Unidades de Conservação foi componente de projetos de desenvolvimento, como, por exemplo, o Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) (RAMOS, 2012). Essas não atendiam aos interesses locais das comunidades, mas sim aos interesses políticos do Estado de construção de uma imagem “sustentável” diante de organizações internacionais, como a ONU e os países de primeiro mundo. Encontra-se no modelo do PRODEPEF uma séria dificuldade na criação de Unidades de Conservação, já que a formação de áreas protegidas sem a prévia consulta e participação das populações existentes em seu território gera conflitos e insatisfações, conforme destaca Ramos (2012). Contudo, atualmente, mesmo quando ocorre

consulta pública no processo de criação de novas UC's, conforme determina o SNUC em seu Capítulo IV, art. 22, isso ocorre de forma pouco efetiva, e nem sempre é garantida a participação dos agentes locais na decisão do tipo de área protegida a ser implantada ou no processo de efetivação da mesma. Situação reconhecida pelo próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2004a) quando afirma que, em larga medida as Unidades de Conservação não são incorporadas ao cotidiano simbólico, ambiental e produtivo da sociedade, sendo muitas vezes percebidas apenas como uma forma de ingerência do poder público nos direitos de propriedade de produtores rurais e comunidades de usuários dos recursos naturais.

Entretanto, a situação inversa também ocorre e há casos onde são as próprias comunidades e grupos locais que se mobilizam a fim de reivindicar a proteção de um ecossistema e/ou território. Nesses casos, ainda segundo o MMA (BRASIL, 2004a), a criação de diferentes categorias de Unidades de Conservação decorre das disputas e debates entre grupos locais que recorrem ao poder público para reconhecimento de direitos dos grupos de usuários que, historicamente, utilizam os recursos naturais de forma tradicional e sustentável. Porém, independente da participação das populações locais na criação das áreas protegidas, elas são os atores sociais mais afetados por tal fato (DIEGUES, 2001). Deste modo, as ações locais em favor da melhoria da qualidade de vida destas populações, seja pela melhoria de infraestruturas básicas, como saúde e educação, de mecanismos para incentivar e aperfeiçoar a produção, ou mesmo para incentivar a participação dos moradores em grupos e organizações locais são importantes para o processo de desenvolvimento local sustentável.

Nesse cenário, como aponta Drummond *et al.* (2010), até o ano de 2009, existiam, no Brasil, 65 Florestas Nacionais, 31 Áreas de Proteção Ambiental, 17 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 59 Reservas Extrativistas e 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável, totalizando 173 Unidades de Conservação de Uso Sustentável na esfera federal. Realidade que não se alterou significativamente até o presente momento, apresentando, até outubro de 2016, 67 Florestas Nacionais, 33 Áreas de Proteção Ambiental, 16 Áreas de Relevante

Interesse Ecológico, 62 Reservas Extrativistas e 2 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, totalizando 180 UC's de Uso Sustentável dentre essas categorias (BRASIL, 2016), uma evolução de apenas 4% no número de áreas criadas, em sete anos. Vale destacar que quase 40% do total de Unidades de Conservação federais, correspondendo a cerca de 80% da área, incluindo as de Proteção Integral e Uso Sustentável, estão localizadas na região Norte do país, principalmente no bioma Amazônico, resultado da preocupação com a proteção e a conservação da biodiversidade existente nos limites e no interior desta última grande área de fronteira do território nacional (DRUMMOND *et al.*, 2010).

Mesmo diante de avanços em termos normativos, o que se percebe na prática, é que, apesar das conquistas relacionadas com a criação e gestão de UC's de Uso Sustentável, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT); a garantia do acesso à terra; o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e; mais recentemente, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, uma inovação que abre caminho para uma política de *Pagamento por Serviços Ambientais*, “a avaliação de efetividade de sua implementação, e de sua contribuição aos objetivos dos programas e políticas governamentais, carece de indicadores claros e mensuráveis” (RAMOS, 2012:53). Nesse contexto, a realidade que se apresenta, é que os avanços obtidos com a criação dessas Unidades ainda não são possíveis de serem medidos no que se refere às ações de desenvolvimento local das comunidades. Essas limitações interferem negativamente na adequação e implementação de novos programas e ações em favor das comunidades beneficiárias das UC's de Uso Sustentável, fato que gerador de insatisfações e conflitos, uma vez que seu alcance não é o esperado, e os benefícios não são comungados por todos os moradores destas áreas. Assim, percebe-se uma discrepância entre os objetivos declarados nas legislações e as intervenções que são, efetivamente, realizadas junto a essas comunidades, seja por esse próprio descompasso, ou mesmo por omissões por parte do Estado (RAMOS, 2012).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de desenvolver a discussão a respeito das formas de vida e de apropriação dos recursos naturais pelas populações extrativistas e tradicionais, beneficiárias e residentes, em Unidades de Conservação de Uso Sustentável do bioma Amazônico, foram selecionadas duas UC's dessa categoria analisadas durante o projeto de pesquisa “Levantamento das famílias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação”, originado pelo termo de cooperação firmado entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). O mesmo teve por objetivo realizar um diagnóstico socioeconômico e ambiental em 77 (setenta e sete unidades) de conservação de uso sustentável no Brasil, entre elas 17 (dezessete) Florestas Nacionais (FLONA); 1 (uma) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e 59 (cinquenta e nove) Reservas Extrativistas (RESEX) marinhas e florestais.

A execução da citada pesquisa, que ocorreu entre os anos de 2013 e 2014, consistiu na realização, pela UFV/ICMBio de Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP), como ferramenta de levantamento de informações sociais, econômicas e ambientais a respeito das populações tradicionais residentes nestas áreas. Além dos DRP's, foi feito um cadastramento das famílias residentes nestas áreas, por meio de um questionário que aborda elementos econômicos, sociais, ambientais, de produção, infraestrutura, entre outros pontos. Este levantamento, que foi organizado e executado pelo ICMBio, órgão gestor das citadas UC's, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, por meio de questionários elaborados e aprovados pelas mesmas instituições. Assim, os dados obtidos, juntamente os diagnósticos *in loco* e pesquisa bibliográfica, deram origem a relatórios a respeito de cada UC, os quais foram fontes secundárias de dados para o presente trabalho. Além destas fontes, foram utilizados os cadernos de campo dos citados diagnósticos, registros fotográficos e a pesquisa bibliográfica e documental.¹ Diante

¹ Mesmo a pesquisa tendo sido formalmente conduzida pelo órgão público gestor das UC's foram adotados todos cuidados referentes à preservação dos interesses das comunidades analisadas sendo garantido o direito à confidencialidade, a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, como exigido em pesquisas envolvendo seres humanos.

dos dados levantados, as áreas de interesse selecionadas foram a RESEX Verde Para Sempre, localizada no estado do Pará; e a FLONA do Purus, localizada no estado do Amazonas. Apesar de estarem localizadas em regiões com características distintas, e se constituírem em formatos de UC's também formalmente distintos, ambas possuem histórias marcadas por desafios e conflitos, o que possibilita discutir onde realidades inicialmente distintas se aproximam ou distanciam, quando se trata das formas de vida e utilização dos recursos naturais por suas populações, desafios e potencialidades para o desenvolvimento sustentável da região.

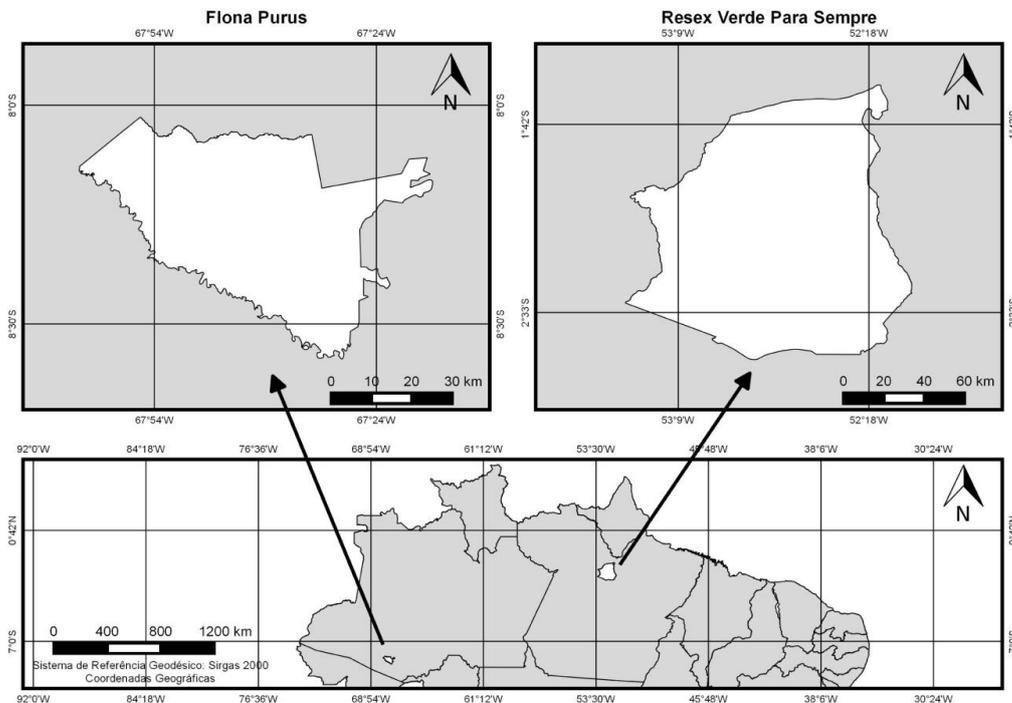
3.1. Contextualização das áreas de estudo

A Reserva Extrativista Verde Para Sempre está localizada na foz do rio Xingu, e abrange o município de Porto de Moz, situado na Mesorregião do Baixo Amazonas, Microrregião de Almerim, estado do Pará (Figura 1). Foi instituída pelo Decreto s/nº de 8 de novembro de 2004, com área aproximada de

1.289.362,78 hectares, tendo por objetivo “assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2004). Sua população atual é de cerca de 8.769 pessoas, com composição média das famílias de 5,19 pessoas (ICMBio; UFV, 2014b).

Sua criação é fruto da luta das populações e organizações locais em prol da garantia do direito ao território e resistência diante da opressão por parte de madeireiras, grandes fazendeiros, falsificadores de títulos públicos, conhecidos como grileiros e outros atores privados ligados à agricultura comercial, que almejavam a exploração madeireira e a transformação da área, onde está localizada a RESEX, em cultivos de soja e pastagens para produção pecuária. Outro fator importante a ser destacado era a necessidade de maior presença do Estado, diante dos conflitos que se processavam na região entre estes atores (ICMBio; UFV, 2014b).

Figura 1. Perímetro e localização da FLONA do Purus, AM e da RESEX Verde Para Sempre, PA



Fonte: Elaborado a partir de ICMBio e UFV, 2014

A Floresta Nacional do Purus está localizada no município de Pauini, região do Médio Purus, estado do Amazonas, no chamado Arco do Desmatamento ou do Povoamento Adensado. Sua criação se deu pelo Decreto nº 96.190 de 21 de junho de 1988, com área aproximada de 256.121,13 hectares, como parte do Programa Nossa Natureza, do Governo Federal (Figura 1). Sua população aproximada é de 945 pessoas, com composição média das famílias de 4,11 pessoas (ICMBio; UFV, 2014a).

A FLONA do Purus é historicamente marcada por impasses entre seus moradores e os órgãos ambientais, por motivos como a sobreposição entre a área da Unidade de Conservação e áreas de assentamentos do INCRA, comunidades ribeirinhas e povos indígenas. Esse fato é resultado do processo de criação, sem grande planejamento prévio e a partir de bases cartográficas desatualizadas de diversas Unidades de Conservação na Amazônia, entre as quais a FLONA do Purus. Esta sobreposição com outras áreas e grupos de interesse trouxe um aspecto que distingue a FLONA do Purus das demais UC's dessa categoria (ICMBio, 2009).

4. O USO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

4.1. Caracterização socioambiental e produtiva

A Reserva Extrativista Verde Para Sempre é caracterizada pela presença de três principais tipologias florestais, a Floresta Ombrófila Densa dos Planaltos (áreas mais elevadas de terra firme); as Formações Higrófilas de Várzea (áreas de várzea); e a Floresta Ombrófila Densa aluvial (localizadas nas áreas de transição entre as duas anteriores) (WATRIN; OLIVEIRA, 2009). Esta classificação é importante, pois, determina o tipo de atividade produtiva desenvolvida pelas comunidades existentes em cada região e influencia diretamente a forma de vida das populações.

Nas áreas de várzea, principalmente as situadas na região do Rio Amazonas, há a presença marcante da criação de búfalos, com rebanhos criados em regime extensivo, visando à produção de carne e leite. Nessa região,

existe presença de grandes criadores, que têm a pecuária como a principal atividade produtiva e com fins estritamente comerciais. Os produtores que realizam a criação de poucos animais articulada com outras atividades produtivas e extrativistas, visam a produção de leite e carne para consumo familiar, e nos momentos de necessidade se desfazem dos animais, que são percebidos como uma espécie de poupança (ICMBio; UFV, 2014b). A questão fundamental é que a produção de búfalos apesar de tradicionalmente realizada na RESEX, muito antes de sua criação, é uma atividade vetada pelo SNUC, configurando uma situação onde a atividade tradicional das famílias é vetada pelo instrumento formal que garantiu a elas o acesso à terra e aos recursos naturais da UC. Nesse caso evidencia-se um limite entre o aspecto normativo e a realidade das famílias que vivem nessa área, o que é fonte de conflitos e tensões.

A produção agrícola é realizada principalmente nas áreas de transição e terra firme, sendo cultivadas pequenos espaços intercalados com a vegetação nativa. As práticas agrícolas predominantes são realizadas com poucas variedades de culturas, baixa incorporação de tecnologias, emprego de mão-de-obra exclusivamente familiar e sem assistência técnica, em propriedades de pequenas dimensões (WATRIN; OLIVEIRA, 2009). Estas áreas agrícolas são geralmente denominadas pela população local de “roçados” e são formadas por culturas temporárias produzidas para consumo familiar e, em alguns casos, para comercialização realizada no âmbito local ou como moeda de troca com os “marreteiros”, comerciantes ambulantes que se deslocam pelos rios até as comunidades ribeirinhas e realizam o escambo de produtos industrializados por produtos locais. A principal cultura é a mandioca, destinada à produção de farinha, além de milho, feijão, melancia, macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz, as comunidades da Amazônia fazem uma distinção entre as variedades desta planta, sendo uma exclusivamente para produção de farinha e outra para demais usos alimentícios), frutas, entre outras. Além da produção agrícola, nas áreas de com grande presença de floresta e nas de transição entre estas e as zonas alagadas, são praticados o extrativismo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart) e castanha-do-Brasil e a extração de madeira (ICMBio; UFV, 2014b).

Outras atividades importantes na vida das populações residentes na RESEX Verde Para Sempre são a pesca e a caça, sendo que, esta última, tem papel secundário, como complemento da alimentação familiar em alguns locais da UC. A pesca, porém, além de elemento complementar da dieta das famílias, é também fonte de renda em algumas áreas da unidade, principalmente, nas comunidades situadas nas áreas de várzea, onde não é possível o cultivo do roçado ou os produtos extrativistas são escassos (ICMBio; UFV, 2014b).

A importância dessas atividades é evidenciada, por exemplo, ao analisar os dados sobre ocupação do responsável familiar e cônjuge, obtidos durante o levantamento das famílias, onde se apresentam como principais: agricultor (a) (30,2%), pescador (a) (26,4%), dona de casa (22%), pecuária (5%), extrativista vegetal (2,6%). Além disso, dentro da amostra realizada para levantamento das atividades produtivas, 10,4% declararam realizar extrativismo vegetal; 46,8% declararam realizar pesca; 24,3% declararam realizar produção e comercialização vegetal; 27,9% declararam realizar produção pecuária. Demonstrando, assim, a importância dessas atividades para as famílias residentes (ICMBio; UFV, 2014b).

A Floresta Nacional do Purus é caracterizada pela presença de duas tipologias florestais, sendo estas a Floresta Ombrófila Densa Aluvial e a Floresta Ombrófila Densa Aluvial Submontana. A Floresta Ombrófila Densa Aluvial é uma formação que pode ser chamada de “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos d’água, sujeitas a inundações periódicas na época das chuvas. No caso da FLONA, estão localizadas principalmente ao longo da várzea do igarapé Mapiá e do rio Purus. Já a Floresta Ombrófila Densa Aluvial Submontana, que ocupa mais de 80% da área da FLONA, é caracterizada pela presença de árvores de diâmetro pequeno, com algumas de diâmetro maior, dispersas pela paisagem (ICMBio, 2009).

A localização das comunidades, no caso da FLONA do Purus, também define os tipos de atividades desenvolvidas pelos moradores. Os residentes as margens do Rio Purus, têm como principal atividade a pesca. É desenvolvida também a produção vegetal, geralmente os “cultivos de praia”, que são as culturas anuais como milho e feijão, plantados às margens do rio Purus, nas praias formadas no período de

vazante (seca ou baixa do rio), as quais apresentam grande fertilidade devido ao depósito de sedimentos que se encontravam em suspensão nas águas do rio. Além dessas atividades, há a criação de animais, como bovinos, aves e suínos, e extração de alguns produtos, como açaí e outros frutos, geralmente para consumo familiar. No caso da criação de bovinos, além da produção de leite, estes têm importância, assim como os búfalos na RESEX Verde Para Sempre, como um meio de poupança, para os momentos de necessidade das famílias. Porém, como esta atividade produtiva não está prevista nos termos da lei que regulam as UC’s, acabam por gerar conflitos com a gestão da UC, assim como na RESEX Verde Para Sempre, além de conflitos locais entre os moradores, pela invasão de áreas de cultivo pelos animais, por exemplo.

Na FLONA do Purus, também prevalece a produção familiar em pequenas áreas, com a predominância de baixo nível tecnológico e pouca variedade de produtos agrícolas, com ausência de assistência técnica. Em algumas regiões da FLONA, encontra-se uma maior diversidade produtiva, nos produtos cultivados principalmente nas áreas próximas das casas. Destaca-se a produção de mandioca, feijão, arroz, cana-de-açúcar, frutas, cacau, milho e hortaliças, bem como a rainha (*Psychotria Viridis*) e jagube (*Banisteriopsis Caapi*) utilizados na produção da *ahyausca*, bebida enteógena sacramental, utilizada nas cerimônias religiosas do Santo- Daime e exportados para várias regiões do país e do mundo onde se pratica as mesmas atividades religiosas que na FLONA (ICMBio; UFV, 2014a).

No caso da FLONA do Purus, diferentemente ou de forma semelhante à RESEX Verde Para Sempre, as principais ocupações identificadas, ao analisar os dados do levantamento, são: agricultor (a) (31,4%), pescador (a) (6,4%), dona de casa (23,8%), extrativista vegetal (5,3%). Além disso, dentro da amostra realizada para levantamento das atividades produtivas, 26,6% declararam realizar extrativismo vegetal; 30,4% declararam realizar pesca; 44,6% declararam realizar produção e comercialização vegetal; e 9,2% declararam realizar produção e comercialização animal (ICMBio; UFV, 2014a).

A técnica de preparo das áreas de cultivo, exceto nos “cultivos de praia”, praticados em ambas UC’s, foi herdada das culturas indígenas que historicamente ocupavam o território brasileiro. Este se caracteriza pela roça consorciada, itinerante, com base no corte e queima ou *slash-and-burn* (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Além da importância como fonte de renda e alimentos, os recursos naturais existentes nas áreas destas Unidades de Conservação têm outras funções essenciais na vida das populações que nelas residem. O primeiro que é possível destacar são os rios, igarapés e demais mananciais de água. No caso da FLONA do Purus, por exemplo, o rio Purus, que possui aproximadamente 3.700 km de extensão, desde sua nascente no Peru até desaguar no Rio Solimões, atravessa os estados do Acre e Amazonas, no território brasileiro, e é o único meio de acesso à FLONA do Purus, a partir do município de Boca do Acre, sendo o mesmo navegável o ano todo (ICMBio, 2009). Estes, além de serem fonte de um dos principais recursos alimentares, como é o caso da pesca, têm a função de vias de acesso às referidas UC’s e suas comunidades. Em ambos os casos, não há estradas que dão acesso às comunidades, sendo os rios e igarapés as únicas vias transitáveis. O deslocamento é feito geralmente em canoas que, nos anos mais recentes, foram equipadas com motores de baixa potência, chamadas de “rabetas”. Os barcos maiores são utilizados como transporte coletivo ou em viagens mais longas, sendo mais comuns na RESEX Verde Para Sempre, que conta com rios de maior porte. Além dessas funções, estes mananciais são fonte de água para uso doméstico como lavagem de roupas e utensílios, limpeza da casa, entre outros, e também como forma de lazer, nos banhos ou mesmo na pesca com anzol, em momentos de descanso (ICMBio; UFV, 2014a; 2014b).

Por sua vez, a floresta é fonte, além dos frutos que são aproveitados na alimentação, da madeira que é utilizada na construção das casas e demais benfeitorias, canoas, remos, móveis, produção de artesanatos, e em alguns casos é comercializada a fim de complementar a renda familiar. Além destes, há também a caça, outro recurso importante na alimentação de algumas famílias nestas áreas (ICMBio; UFV, 2014a; 2014b).

Diante dessas informações, podemos, então, caracterizar estas populações tradicionais não-indígenas da Amazônia como caboclas, por suas atividades extrativas, florestal ou aquática, além dos grandes conhecimentos sobre o meio onde vivem e retiram seu sustento, como rios e matas, onde coletam alimentos, fibras, ervas medicinais, além de madeiras para construção. Esta denominação utilizada por Ribeiro (1995, apud DIEGUES e ARRUDA, 2001), destaca que os seringueiros, os castanheiros e os ribeirinhos, apesar de apresentarem algumas características distintas na sua forma de produção, de acordo com os locais onde residem, apresentam modos de vida semelhantes. Constatção que se aproxima dos argumentos de Cunha (2001) sobre as condições para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das UC’s de Uso Sustentável, no caso tratado especificamente pelo autor das Reservas Extrativistas, de que as populações locais realizam uma produção diversificada e um múltiplo uso do espaço, de acordo com as especificidades dos ecossistemas e da cultura de seus ancestrais.

Assim, o que se observa ao realizar o comparativo entre as duas Unidades de Conservação é que suas semelhanças estão relacionadas a seus modos de vida, no que inclui, por exemplo as ocupações dos responsáveis familiares, onde a maioria se dedica a atividades como agricultura, pesca, extrativismo, e a relação com os recursos naturais, como rios e florestas, e os significados atribuídos a eles pelas populações que ali vivem, como é o caso dos rios e da floresta. Já as diferenças são encontradas nas formas de constituição das comunidades, em algumas práticas produtivas, devido a características físicas do território e mesmo tradições, entre outras. Essas informações são evidenciadas pelas informações levantadas nas oficinas de DRP e nos relatórios gerados com base nos dados dos questionários aplicados. Desta forma, diante deste contexto socioambiental e produtivo, outro aspecto importante a se destacar, é que as famílias encontram diversos entraves, quer sejam relacionadas as exigências formais por parte do órgão gestor e da legislação ambiental, quer sejam em relação à capacidade de se articular localmente, investir nas atividades produtivas, acessar políticas públicas, etc. Por isto os próximos tópicos

deste trabalho se dedicam a evidenciar as perspectivas e avanços e os principais problemas e desafios enfrentados por estas populações.

4.2. Perspectivas e avanços das Unidades de Conservação no Bioma Amazônico

Drummond (2003) destaca que a Amazônia, em toda sua extensão, é rica em recursos naturais úteis à humanidade. Destes, mesmo o que já foram, ou continuam sendo, demasiadamente explorados e esgotados ou sem valor em algumas regiões, continuam disponíveis em outras. Assim, a abundância macrorregional destes recursos é aspecto importante ao se discutir a realidade e as perspectivas da região Amazônica, pois, como destaca Drummond (2003), a possibilidade, real ou não, de migração de atividades e atores para locais onde os recursos são abundantes, conduz à inibição de políticas e práticas sustentáveis.

De acordo com Drummond (2003), a região amazônica teve sua ocupação em fases iniciais motivadas pela extração da borracha e da castanha-do-Brasil. Estes produtos da floresta alcançaram seu ápice no mercado há cerca de 100 anos, assim a reconfiguração produtiva da região vem se transformando deste então. Apesar de ainda serem explorados, principalmente pelas populações tradicionais e ribeirinhas, inserem-se novos produtos e atividades econômicas na dinâmica local destas populações. Nesse sentido, Andrade (1996) destaca que as economias domésticas baseadas na floresta são resilientes por sua capacidade de utilizar, conforme as mudanças no mercado, diferentes produtos comerciais, ao mesmo tempo que conseguem manter em atividade uma base local de produção de alimentos e outros bens.

Com o fim do processo de aviamento (que diz respeito ao sistema de adiantamento de mercadorias e crédito, que foi amplamente utilizado, principalmente no ciclo da borracha, quando se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica) da borracha e da castanha-do-Brasil, estes povos da floresta passam a ter mais liberdade produtiva, alcançando o direito de produzir seu roçado, geralmente mandioca e milho, e extrair novos produtos, como açaí, bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mar.), andiroba (*Carapa*

guianensis Aub.) e outros, que se destinam além do consumo familiar, para a comercialização. Além do extrativismo vegetal, Drummond (2003) destaca que, outros ciclos extrativos, geralmente mais curtos que os da borracha e da castanha-do-Brasil, foram vivenciados na Amazônia, entre eles a caça, de mamíferos, jacarés, quelônios e aves, e a pesca, de espécies alimentares ou ornamentais (ramo ainda em expansão). Nesse contexto, todas essas atividades mostram crescimento efetivo e potencial de expansão, seja a partir de práticas sustentáveis ou de forma predatória e ilegal.

Já nas décadas mais recentes os olhares têm sido voltados à suas reservas de material genético (plantas, animais, micro-organismos), que tem despertado grande interesse das empresas de biotecnologia. Há também o interesse pelo turismo ecológico e de aventura, além das pesquisas científicas. E diante das mudanças climáticas que vêm aumentando o interesse em políticas de sequestro de carbono e preservação dos recursos florestais, como forma de amenizar estes efeitos negativos sobre o ambiente. Nesse contexto surgiu a demanda mundial da conservação das florestas na Amazônia, e até de sua recuperação, por meio de um esquema global de criação dos chamados “mercados de carbono sequestrado” (DRUMMOND, 2003:82). Neste cenário, a criação das Unidades de Conservação se constituiu numa das principais formas de intervenção governamental, com vistas a “reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização das espécies da flora e fauna)”, como apresenta Vallejo (2002: p.1). Porém, em muitos casos, esse processo de proteção tem sido acompanhado da desterritorialização de grupamentos sociais, em várias partes do mundo, como destaca o mesmo autor. Todavia, a partir de 1982, quando ocorre, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais, uma evolução no conceito, sobretudo relacionado à integração com o desenvolvimento socioeconômico, estabelece que as diversas categorias de Unidades de Conservação “só teriam sentido com a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento, sem o que ela seria forçada a explorar, de forma predatória, os recursos naturais” (VALLEJO, 2002: p.11). Sendo reforçado, assim, os direitos das sociedades tradicionais, bem como

sua determinação social, econômica, cultural e espiritual.

Nessa perspectiva, assume-se que as populações tradicionais, ou caboclas, também desenvolvem um papel importante na conservação dos recursos naturais, uma vez que suas formas de acesso a espaços e recursos tem assegurado o uso sustentável dos mesmos, além da conservação dos ecossistemas e geração de modos de vida socialmente mais equitativos (HASSLER, 2005). Estas populações são, mesmo que com a presença de diversos desafios, agentes de desenvolvimento sustentável, uma vez que vêm lutando por melhores condições de produção, pela valorização de seus modos de vida e cultura e pela legitimação política de suas reivindicações (CUNHA, 2001). Nesse contexto, os potenciais para expansão da produção extrativista, agrícola e de atividades de turismo ecológico nessas áreas protegidas, com participação efetiva das comunidades locais, são assuntos a serem explorados e valorizados pelo Estado, de forma a melhorar a vida dessas famílias e garantir atividades que estejam adaptadas com o meio local.

4.3. Principais problemas e desafios das famílias em Unidades de Conservação no Bioma Amazônico

O contexto em que vivem as famílias residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, no caso do presente estudo na RESEX Verde Para Sempre e na FLONA do Purus, são baseados em diversos desafios e conflitos, sejam eles relacionados à questão produtiva, social/organizativa ou de uso dos recursos naturais. Apesar das diferenças regionais, no que se refere às formas de ocupação do território e da disponibilidade de recursos, de formação das comunidades e de organização social, por exemplo, é evidente a semelhança nos problemas enfrentados por essas populações no que se refere a aspectos relacionados com a produção e articulação com o mercado, acesso a políticas públicas, e outros (ICMBio e UFV, 2014a; 2014b). Neste sentido, as perspectivas de desenvolvimento regional existentes, podem apresentar-se frágeis sob determinado ponto de vista nessas localidades.

Porém, essa não é uma realidade exclusiva dessas UC's, como destacam Oliveira e Lima (2012) a respeito das questões relacionadas às

desigualdades macrorregionais existentes no Brasil, principalmente entre Norte e Nordeste em relação ao Sul e Sudeste, e das políticas de desenvolvimento regional do Governo Federal no sentido de minimiza-las a partir da redemocratização do país, e principalmente com a Constituição de 1988. Assim, é importante destacar as diferenças microrregionais, que, assim como as macro, influenciam nos resultados das políticas públicas e nas iniciativas que devem ser tomadas para amenizar as desigualdades e melhorar as condições de vida da população.

O primeiro grande desafio, e talvez o mais explícito, como se observou durante a realização das oficinas de DRP nas referidas UC's, diz respeito à falta de infraestrutura e serviços básicos, principalmente os demandados do poder público. Em todas as comunidades visitadas, nas duas Unidades de Conservação, os relatos mais comuns relacionados aos problemas enfrentados dizem respeito à carência de infraestruturas e profissionais de saúde; falta de professores, precariedade nas infraestruturas escolares, ou mesmo a ausência destas, e má qualidade do ensino; e privação ao acesso à energia elétrica e meios de comunicação. Diante dessa realidade, a precariedade de infraestrutura, como energia elétrica, por exemplo, além do conforto das famílias, afeta também o fortalecimento das cadeias produtivas, como no armazenamento de produtos extrativistas e pescado, prejudicando o desenvolvimento destas atividades e elevando seus custos (ICMBio; UFV, 2014a; 2014b).

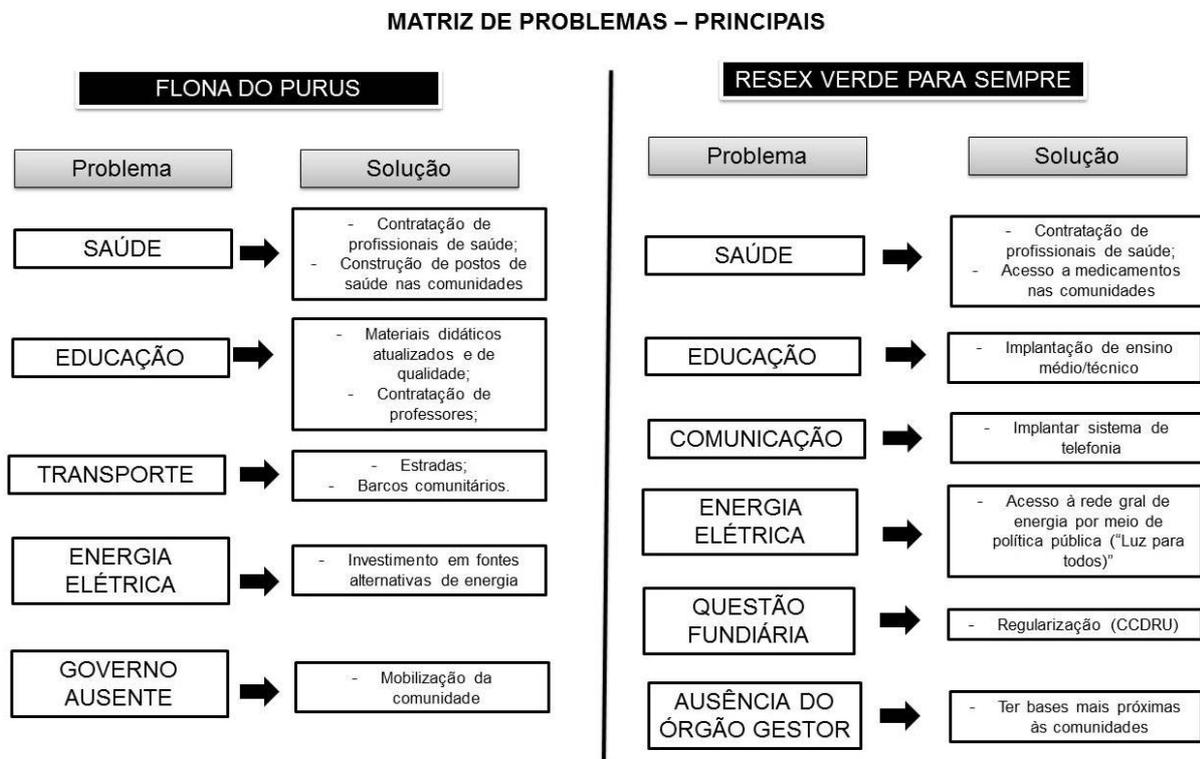
Conforme dados dos relatórios de DRP (ICMBio; UFV, 2014a; 2014b), a respeito das dificuldades no desenvolvimento de atividades produtivas e comercialização da produção, além dessas relacionadas ao armazenamento, apresenta-se a falta de subsídios, incentivos e crédito; ausência e estagnação das discussões a respeito da concessão do uso dos recursos naturais para as famílias decorrente da não elaboração ou efetivação dos Planos de Manejo; e a falta de assistência técnica. Além desses problemas, as famílias residentes nessas áreas encontram sérias dificuldades na integração de seus produtos aos mercados, principalmente pela distância entre as áreas de cultivos e os pontos de comercialização, sendo as dificuldades com o transporte agravantes dessa situação.

Outros problemas levantados, segundo dados dos mesmos relatórios, são a má qualidade da água em algumas comunidades, uma vez que esta, geralmente, é coletada diretamente dos rios e igarapés e não passa por nenhum tipo de tratamento; e ausência do poder público, como pode ser observado pela Figura 2. É importante ressaltar, que estes são problemas apontados pelas próprias comunidades, e que todos foram levantados de forma coletiva. Destaca-se, também, que as diferenças entre os problemas apresentados na Figura 2 se devem pela percepção das comunidades a respeito dos problemas que mais afetam suas vidas. Assim, é fundamental apresentar que estes foram levantados de forma participativa pelos moradores e que, portanto, representam seus anseios por mudanças, os quais são particulares em cada realidade.

A existência destes problemas de ordem básica, e de forma tão explícita, evidencia contradições no processo de desenvolvimento

sustentável, que deveria ocorrer nesses territórios. Uma vez que, com apresenta Vallejo (2002), para se consolidar as funções sociais e ambientais, que dizem respeito às Unidades de Conservação, há necessidade implementar estratégias políticas e gerenciais por parte do Estado, com objetivo de alcançar determinadas metas, inclusive de ordenamento territorial. O desenvolvimento sustentável é tomado aqui, na perspectiva apresentada por Sachs (1993, citado por OLIVEIRA, 2002), como um processo que leva em consideração questões econômicas, sociais, ambientais, espaciais e culturais. Econômicas, pois, deve buscar a eficiência na alocação dos recursos financeiros e em sua gestão; social, pois deve ter como objetivo a melhoria nos níveis de distribuição de renda, de qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais; ecológica, pois deve presar pela manutenção dos recursos naturais; espacial, pois deve buscar o equilíbrio na ocupação do espaço e na destri-

Figura 2. Síntese da Matriz de Problemas e Soluções² elaboradas nas oficinas realizadas nas comunidades da FLONA do Purus e da RESEX Verde Para Sempre



Fonte: Elaborado a partir de ICMBio e UFV, 2014

² É uma técnica de visualização onde se busca a identificação dos principais problemas enfrentados pelo grupo e as possíveis ações frente os mesmos, por meio de sua problematização e da identificação das ações necessárias e dos possíveis responsáveis por sua execução.

buição territorial das atividades econômicas; e, por fim, cultural, uma vez que deve buscar a valorização dos conhecimentos e saberes das comunidades locais e de seus meios de vida (SACHS, 1993, apud OLIVEIRA, 2002).

Toma-se como pressuposto, portanto, que todos estes aspectos devem caminhar juntos, de forma coordenada e efetiva, para que haja um real “desenvolvimento”. Pois como destaca Sen (2010), este é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ou seja, o principal meio para o desenvolvimento, segundo este autor, é garantir o acesso das populações às liberdades substantivas, que incluem evitar privações como fome, subnutrição, ou mesmo liberdades associadas a saber ler, ter participação política e liberdade de expressão, entre outras. Partindo dessa suposição, as Unidades de Conservação, da forma como vêm sendo implantadas e geridas, não asseguram todos os elementos necessários ao desenvolvimento, uma vez que garantem o direito de acesso à terra e aos recursos naturais, por exemplo, mas não necessariamente as condições de integração com os mercados consumidores, ou os meios para desenvolver novas atividades produtivas. Assim, esse processo ocorre de forma fragmentada e deixa margem para críticas quanto a viabilidade desses modelos de Unidades de Conservação, como citado acima. Porém, essa não é uma questão exclusiva desse tipo de política pública, de forma geral, uma grande deficiência a respeito dessas no Brasil, como destacam Oliveira e Lima (2012), é a falta de tradição em termos de estudos avaliativos quanto aos resultados das políticas que são implementadas, independente de seu nível de abrangência, o que dificulta os ajustes necessários quanto a novas ações e propostas de correção ou inovação.

Porém, apesar destes desafios, é importante destacar que estas comunidades vêm persistindo na luta por melhorias em suas condições materiais e sociais pelo fortalecimento de suas cadeias produtivas e organizações locais. São as associações, cooperativas e demais instituições de apoio, que contam com a efetiva participação e envolvimento das comunidades, as principais responsáveis por esses avanços, uma vez que buscam alternativas de inserção dos produtos locais nos mercados e novos projetos e práticas para efetivação das ações em prol de melhorias das atividades econômicas e da organização

social das populações caboclas (ICMBio; UFV, 2014a; 2014b). Nesse sentido, Allegretti (1994:44), argumenta, na contramão dos críticos das economias extrativistas, que não acreditam nesse potencial, que “seria grande ingenuidade supor que se pudesse falar de desenvolvimento sustentável na Amazônia sem considerar o extrativismo em sua inserção no conjunto da economia regional”.

Além disso, não pode ser esquecido o papel destas populações na conservação ambiental. Vários autores, como Diegues e Arruda (2001), Noda *et al.* (2001), entre outros, defendem a importância das populações tradicionais na manutenção da vegetação e dos ecossistemas. Uma vez que, por exemplo, a utilização do pousio, que como técnica tradicional de manejo das terras utilizadas por estas, permite a reconstituição dos recursos pedológicos e da vegetação. O pousio é uma técnica utilizada na agricultura para preservar a terra, por meio da manutenção de uma área sem cultivo por certo período para restabelecer os nutrientes perdidos com o plantio anterior. Em outras palavras é um período em que a terra “descansa” do cultivo, isto é, uma área é mantida sem lavoura alguma por um espaço de tempo (CIRNE; SOUSA, 2014). Esta técnica é apontada por alguns autores como a responsável por moldar algumas paisagens e pela disseminação de algumas espécies de vegetação, como o açaí, a bacaba e algumas árvores frutíferas. Nesta corrente de pensamento encontram-se Noda *et al.* (2001), que consideram que os índios e caboclos são os principais responsáveis pela preservação dos recursos genéticos vegetais da Amazônia.

Desta forma, é essencial investir no aperfeiçoamento das técnicas tradicionais de produção e consolidar as vias de comercialização e a integração com os mercados, a fim de melhorar as condições de produção e de vida destas populações, com objetivo de evitar o esvaziamento dessas áreas e a perda de importantes aliados no processo de conservação dos recursos ambientais (ANDRADE, 1996). Este ponto foi levantado durante as oficinas realizadas nas comunidades das referidas UC's. A necessidade de assistência técnica apropriada e de investir na capacitação de jovens das comunidades, a fim de garantir estas melhorias na produção e no acesso aos mercados, foram destacados pelos próprios comunitários, como fator que incentivaria estes, também, a permanecer nas comunida-

des, desenvolvendo atividades produtivas na região.

Essa valorização das comunidades e recursos locais vai de encontro com os objetivos das políticas públicas de redução das desigualdades sociais e regionais, presentes no Brasil, implantadas pelo governo federal a partir de 2003. Dentro dessa perspectiva, o caminho para alcançar esse objetivo é a valorização da diversidade regional, a mobilização endógena, o dinamismo, a valorização das potencialidades locais e regionais, a melhoria da renda e das condições de vida da população, como destacam Oliveira e Lima (2012). Esses pontos, que podem ser facilitados pela interação entre as necessidades e iniciativas locais e a atuação do poder público, no sentido de garantir elementos fundamentais para a transformação da realidade das populações residentes em UC's, com influências locais e regionais, pode favorecer a ampliação das liberdades dessa população, como preconiza por Sen (2010) no processo de desenvolvimento. Assim, ainda que estas áreas possuam essa carência em infraestruturas coletivas, o acesso à terra, a autonomia, as amenidades existentes nestas localidades, são questões que apresentam aos moradores de uma Unidade de Conservação alguns elementos para mudar sua condição de vida e realizar ações em prol de um desenvolvimento sustentável, com respeito ao ambiente e equidade entre as pessoas (ANDRADE, 1996).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios vivenciados pelas populações beneficiárias pela criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável analisadas e da proposta de desenvolvimento sustentável que vem atrelada a elas, algumas questões são evidenciadas. Tendo em vista os objetivos de criação de ambas UC's, estes foram atendidos com sua formalização. No caso da RESEX Verde Para Sempre, sua implantação e as ações que vêm sendo desenvolvidas em prol de sua efetivação, mesmo que de forma parcial em determinados aspectos, como destacado anteriormente, trouxeram resultados positivos. Os conflitos vivenciados em seus limites entre moradores e madeireiras foram controlados, desta forma, o acesso ao território e aos recursos foi garantido a essas populações. Porém, a partir daí outros

conflitos surgem, sejam eles internos, entre grupos de interesse, criadores de búfalos, extrativistas, ribeirinhos, entre outros; ou externos, entre as organizações e grupos locais e o poder público, pela reivindicação de ações em prol da melhoria nas condições de vida das famílias. Assim, a proposta de desenvolvimento sustentável introduzida pelo poder público para este território vem se desenvolvendo de forma parcial, tendo como principal preocupação as questões de ordem ambiental, como controle do desmatamento e da degradação dos recursos florestais e pesqueiros. Fica, então, a cargo das instituições locais de representação buscar formas de reivindicar melhorias e buscar amenizar os problemas de ordem social e econômica das comunidades. Uma vez que, como apresenta Cunha (2001), essas áreas se constituem numa forma de promoção de inclusão social e cidadania, no sentido que as populações e seus representantes se apresentam, além de co-gestores de seu território, como agentes que reivindicam e negociam políticas públicas apropriadas à sua realidade socioambiental. Além disso, como unidade de produção e conservação, essas áreas demonstram, a partir dos modos de vida e tradições de suas populações, que é possível conciliar populações humanas e proteção ambiental.

No caso da FLONA do Purus essa realidade se repete. A conservação dos recursos naturais, por meio do controle da degradação ambiental, por agentes externos e internos, é realizada. Porém, as necessidades das populações residentes neste território também são relegadas a segundo plano pelo poder público, a partir de ações pontuais e pouco abrangentes por parte desse, o que torna necessário, também, maior mobilização das comunidades na reivindicação de ações que promovam o desenvolvimento local.

Estas UC's distinguem-se quanto ao tamanho de suas áreas, sendo a RESEX Verde Para Sempre a maior Reserva Extrativista florestal do Brasil, com mais de um milhão de hectares, e a FLONA do Purus ocupando pouco mais de 250 mil hectares, e aos desafios de gestão decorrentes dessa diferenciação. Estes desafios apresentam-se tanto pelas dificuldades de fiscalização, quanto do número de comunidades e da população, tendo a primeira quase dez mil beneficiários e a segunda cerca de mil. Essa discrepância destaca uma importante questão quando se

pensa a formulação de políticas públicas para estas populações. Não é possível conceber uma única política que beneficie territórios tão distintos, sendo necessário repensar a forma de implantação dos programas e projetos de acordo com as características locais e regionais. De tal forma, a apropriação dos recursos naturais, apesar de ser semelhante em sua essência, ocorre de forma diferente, uma vez que depende da disponibilidade destes e dos usos realizados, os quais ocorrem de modo mais ou menos intenso, em cada região.

Percebe-se assim, que, mesmo com suas diferenças quanto ao tempo de criação e a localização e perfil específico das populações beneficiárias, estas duas Unidades de Conservação se aproximam no que se refere aos seus desafios. Uma vez que, para cumprir a missão de desenvolver seu território de forma sustentável necessitam de ações e mobilizações tanto da sociedade civil quanto do poder público, nos campos do desenvolvimento social e econômico. Aproximam-se também nos potenciais de diversidade de fauna e flora, recursos hídricos e madeireiros. Além de serem campos ricos de debates sobre as formas de organização social e relação com o meio ambiente, e da presença de diversas instituições, como ONG's, associações, entre outras, que vêm debatendo ações em torno das questões produtivas, sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Dentro da perspectiva do desenvolvimento local sustentável, são áreas que contribuem na conservação dos recursos hídricos e das belezas cênicas e na manutenção da fauna silvestre e da qualidade do ar e da água (HASSLER, 2005); têm papel na redução do êxodo rural, na medida que mobilizam a

economia local e estimulam novas iniciativas produtivas e organizacionais; diminuem os conflitos fundiários históricos; asseguram a permanência das populações tradicionais em seus territórios tradicionais; constituem-se em áreas de estoques de recursos naturais, para pesquisa e uso futuro (CUNHA, 2001); dão visibilidade e voz aos povos da floresta e suas pautas (CUNHA, 2001); provocam queda na especulação de terras; proíbem o desmatamento; diminuem os custos de proteção e aumentam a garantia de sua eficácia, uma vez que as próprias populações locais se tornam guardiãs dos territórios (CUNHA, 2001; ALEGRETTI, 1994); se estruturam com base numa economia resiliente, capaz de se diversificar e adaptar às condições de mercado (ANDRADE, 1996); entre outros.

Há também a questão de que essas áreas protegidas de uso sustentável proporcionam a formação de um sistema integrado, que conta com extrativismo, agricultura, pesca, criação doméstica de animais, que tem sua base de sustentação na floresta. Além de trazer a peculiaridade de ter como tema central em sua proposta conciliar o desenvolvimento, a conservação do ambiente e a equidade social (ALEGRETTI, 1994). É fato que ainda há um longo caminho para que essa proposta seja mais efetiva e atenda de forma eficiente a seus objetivos. Entretanto, isso depende não só das populações, mas também de ações mais contundentes por parte do Estado, que não pode desconsiderar o extrativismo, e as demais atividades que vêm ligadas a ele, e sua inserção na economia regional, nas estratégias de desenvolvimento, como destaca Allegretti (1994).

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary, H. (1994), Reservas Extrativistas: Parâmetros para um Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 276p.

ANDRADE, Alexandre L. G. (1996), Reservas Extrativistas e Desenvolvimento

Florestal Sustentável. In: *I Encontro Nacional da ECOECO*, Campinas - SP.

BRASIL (2016), Ministério do Meio Ambiente, *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados> >, acessado em 21 de novembro de 2016.

BRASIL (2007), *Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*, Institui a Política Nacional

de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> , acessado em 21 de novembro de 2016.

BRASIL (2004), *Decreto de 8 de novembro de 2004*. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Município de Porto de Moz, Estado do Pará. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10350.htm>, acessado em 10 de abril de 2015.

BRASIL (2004a), Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. *Gestão participativa do SNUC*, Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 205p.

BRASIL (2000). *Sistema Nacional de Unidades de conservação*: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional, São Paulo, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2ª edição ampliada. 76p.

BRASIL. (1998), *Decreto nº 96.190, de 21 de junho de 1988*. Cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional do Purus, com limites que especifica, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96190.htm>, acesso em 10 de abril de 2015.

CIRNE, Mariana B.; SOUSA, Ana G. S. M. (2014) Pousio: o que é e quais são os seus possíveis reflexos nas questões ambientais. *Veredas do Direito*, v.11, n.21, Belo Horizonte, p.75-106.

CONCEIÇÃO, C.L.; SILVA, M.I.G.; TEIXEIRA, T.H. (2014), As unidades de conservação federais: instrumentos de desenvolvimento local sustentável? In: Simpósio Nacional de Áreas Protegidas (3: 2014: Viçosa, MG). *Anais [do] III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas*; Orgs. LIMA, G. Souza, et. al., Viçosa, MG: UFV, DEF, 499p.

CUNHA, Lúcia H.O. (2001), Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. In: *Anais do Encontro dos Povos do Vale do Ribeira*, São Paulo.

DIEGUES, Antônio Carlos (2001), *O mito moderno da natureza intocada*, 3ª ed, São Paulo, Editorial Hucitec, USP, 161 p.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S.V. (2001), *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente; São Paulo, USP, 176p.

DRUMMOND, José Augusto, et. al. (2010), Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*, Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 437 p.

DRUMMOND, José Augusto (2003), Recursos naturais: oportunidades e restrições ao desenvolvimento sustentável de uma região em transição. In. NASCIEMNTO, Elimar Pinheiro Do; DRUMMOND; José Augusto (orgs.), *Amazônia: dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond, 336 p.

WATRIN, O. dos S.; OLIVEIRA, P. M. de. (2009) *Levantamento do uso e cobertura da terra em área da reserva extrativista Verde para Sempre, Porto de Moz, PA*. Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental. 36 p.

FERREIRA, Felipe S. (2007) *A criação de Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e a participação das comunidades locais para o sucesso da sustentabilidade*, Lavras– MG, Universidade Federal de Lavras.

HASSLER, Márcio Luiz (2005), A importância das unidades de conservação no Brasil, *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 17 (33), 79-89.

ICMBio (2009), *Plano de Manejo - Floresta Nacional do Purus*. Volume I – Diagnóstico. Ministério do Meio Ambiente.

ICMBio; UFV (2014a), *Floresta Nacional do Purus - Relatório de Campo*, Viçosa.

ICMBio, UFV (2014b), *Reserva Extrativista Verde Para Sempre - Relatório de Campo*, Viçosa.

LEUZINGER, Márcia Dieguez (2012), Breve panorama da legislação ambiental brasileira. In: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. Org. Maria Olatz Cases, WWF-Brasil, Brasília, 396p.

MARQUES, Cláudia B. e SANTOS, Carlos H.S. (2011) Políticas públicas para pensar no desenvolvimento de um sítio local – um modelo. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Nº25-26, APDR, p.107-120.

MMA (S/D), Bolsa Verde. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>, acessado em 18 de abril de 2015.

NODA, Sandra do N. et. al. (2001), Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea. In: DIEGUES, Antônio C. S.; MOREIRA, André de C.C. (orgs.) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 294 p.

OLIVEIRA, Gilson Batista (2002), Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48.

OLIVEIRA, Luciana V.N.; LIMA, Jandir F. (2012) O Processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no

Brasil. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º 31, 3.º Quadrimestre, APDR, p.71-81.

RAMOS, Adriana (2012), As unidades de conservação no contexto das políticas públicas. In: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. Org. Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 396p.

SEN, Amartya (2010), *Desenvolvimento como Liberdade*; tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo, Companhia das Letras.

VALLEJO, Luiz Renato (2002), Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, UFF, Vol. 4, Nº 8.

Anexos

Quadro 1. Informações socioeconômicas das famílias residentes na RESEX Verde Para Sempre e FLONA do Purus.

Informações		RESEX Verde Para Sempre	FLONA do Purus
Número de famílias identificadas		2162 famílias	240 famílias
Número de moradores identificados		8769 pessoas	945 pessoas
Composição do grupo familiar		5,19 pessoas*	4,11 pessoas*
Sexo dos resp. familiares	Masculino	74,98%	78,7%
	Feminino	25,02%	31,3%
Sexo do grupo familiar	Masculino	74,98%	78,7%
	Feminino	25,02%	31,3%
Escolaridade dos responsáveis familiares	Semialfabetizado	4,40%	21,25%
	Analfabeto	9,35%	10,83%
	Alfabetizado	3,70%	7,92%
	Até 1º fase do Ens. Fundamental	46,30%	24,17%
	Até 2º fase do Ens. Fundamental	16,71%	6,25%
	Ens. Fundamental Completo	2,45%	2,08%
	Ens. Médio Incompleto	5,05%	2,50%
	Ens. Médio Completo	4,26%	7,50%
	Curso Técnico	0,09%	2,08%
	Ens. Superior incompleto	0,97%	2,08%
	Ens. Superior Completo	1,06%	6,25%
	Pós-graduação	0,19%	1,67%
	Não sabe	0,28%	0,83%
	Não se aplica	5,19%	4,58%
Renda familiar (média)		R\$ 968,71	R\$ 862,44
*Médias obtidas de acordo com dados declarados no questionário			

Fonte: Elaborada com base em ICMBio e UFV, 2014a e 2014b.

Quadro 2. Informações de tempo de residência na UC, tempo que utiliza os recursos e principais atividades realizadas

	Informações	RESEX Verde Para Sempre	FLONA do Purus
Tempo médio de residência na UC	0 a 5 anos	16,2%	21,3%
	6 a 10 anos	10,5%	17,1%
	11 a 15 anos	8,6%	12,5%
	16 a 20 anos	5,1%	12,9%
	21 a 25 anos	4,2%	12,5%
	26 a 30 anos	3,0%	8,8%
	31 a 40 anos	4,4%	2,1%
	41 a 50 anos	2,2%	0,4%
	51 a 60 anos	1,1%	0%
	61 a 70 anos	0,3%	0%
	Nasceu no local	44,3%	10,0%
Dados inconsistentes	0,2%	2,5%	
Tempo médio que utiliza os recursos da UC*		18,67 anos	20,56 anos
Principais ocupações	Agricultor	30,2%	31,4%
	Pescador	26,4%	6,4%
	Dona de casa	22,0%	23,8%
	Pecuária	5,0%	0%
	Extrativismo Vegetal	2,6%	5,3%
	Estudante	2,1%	1,5%
	Autônomo	1,2%	11,5%
	Artesão	1,6%	2,8%
Outras ocupações	8,8%	17,3%	

*Não foram considerados as informações "Nasceu no local"

Fonte: Elaborada com base em ICMBio e UFV, 2014a e 2014b.